

Sumário

Prefácio	XI
Introdução	1
1 Formas adequadas de solução de conflitos nos contratos administrativos	5
1.1 Análise dos mecanismos amigáveis de solução de conflitos usualmente aplicados nos contratos administrativos.....	7
1.1.1 <i>Negociação</i>	7
1.1.2 <i>Mediação</i>	8
1.1.3 <i>Conciliação</i>	11
1.1.4 <i>Comitê de Resolução de Conflitos (dispute board)</i>	12
1.1.5 <i>Conclusões parciais</i>	14
2 Contornos gerais da arbitragem	15
2.1 Os atributos dos árbitros (§ 6º do art. 13 da Lei 9.307/96).....	20
2.1.1 <i>Imparcialidade dos árbitros</i>	21
2.1.2 <i>Independência dos árbitros</i>	22
2.1.3 <i>Competência dos árbitros</i>	24
2.1.4 <i>Diligência dos árbitros</i>	24
2.1.5 <i>Discrição dos árbitros</i>	25
2.2 Natureza jurídica da arbitragem	25
2.3 Constitucionalidade da arbitragem	28
3 Contornos da arbitragem envolvendo litígios com o Poder Público.....	35
3.1 Apanhado histórico da arbitragem nos contratos firmados pela Administração Pública direta e indireta	36

3.2 A arbitralidade do Estado	38
3.2.1 A arbitralidade subjetiva do Estado.....	38
3.2.2 A arbitralidade objetiva do Estado. Direitos patrimoniais disponíveís	41
3.2.3 A opção pela arbitragem e a preservação dos direitos legalmente conferidos à Administração Pública.....	46
3.2.4 As matérias contratuais passíveís de serem submetidas à arbitragem.....	47
3.3 Arbitragem e a União Federal — interpretação do art. 109, inc. I, da CF/88.....	55
3.4 Disposições legais admitindo a utilização da arbitragem nos contratos firmados pela Administração Pública	57
3.5 Arbitragem e a Administração Pública na jurisprudência do TCU e do STJ	60
3.5.1 O entendimento do Tribunal de Contas da União.....	61
3.5.2 O entendimento do Superior Tribunal de Justiça	66
3.6 O necessário esclarecimento acerca dos arbitramentos” conduzidos por Agências Reguladoras	73
3.7 A execução das sentenças arbitrais condenatórias proferidas contra o Poder Público	80
3.7.1 A regra do pagamento via precatório.....	80
3.7.2 Exceções ao regime do pagamento via precatório	81
4 A necessária observância, pelos árbitros, dos precedentes judiciais tidos como vinculantes	87
4.1 Os precedentes judiciais como fonte do Direito Positivo brasileiro	88
4.2 Consequências em função da não observância dos prece- dentes judiciais nas arbitragens de direito	91
4.2.1 A impossibilidade de anulação da sentença arbitral por error in iudicando	92

4.2.2 Discussões relacionadas à aplicação ou não do art. 489, § 1º, inciso VI, do CPC às sentenças arbitrais	95
4.2.3 A desconsideração intencional de precedente judicial vinculante, pelo árbitro. Possível configuração de extrapolação dos limites da convenção de arbitragem? ...	99
4.3 Conclusão parcial	99
5 Aspectos operacionais da arbitragem envolvendo contratos administrativos	103
5.1 Arbitragem ad hoc e institucional.....	103
5.2 A desnecessidade de previsão da arbitragem no edital de licitação	110
5.3 Local da arbitragem e o idioma a ser utilizado no litígio	115
5.4 A questão da confidencialidade	118
5.5 Legislação a ser aplicada.....	120
5.6 Escolha da câmara arbitral e dos árbitros.....	121
5.6.1 A escolha prévia de uma câmara arbitral no edital de licitação e respectivo contrato. Não incidência de licitação	121
5.6.2 A escolha do(s) árbitro(s). Não incidência de licitação	124
5.7 O pagamento das despesas do litígio arbitral.....	127
5.8 A desnecessidade de concordância do contratado para a eficácia da cláusula compromissória — Inaplicabilidade do art. 4º, § 2º, da Lei 9.307/96.....	130
5.9 A possibilidade de estipulação de cláusula escalonada	136
5.9.1 Conceito de cláusula escalonada	136
5.9.2 Os efeitos jurídicos da cláusula escalonada	137
5.9.3 Consequências processuais pela inobservância do processo de mediação	139
5.10 Impugnação da sentença arbitral	143

Considerações Finais.....	151
Referências Bibliográficas	155